



## **A notícia por quem vive: o que fala um jornal comunitário na Cidade de Deus<sup>1</sup>**

Marília Gonçalves<sup>2</sup>, Camille Perissé<sup>3</sup>, Renata da Silva Melo<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este trabalho pretende analisar a produção de conteúdo de um jornal comunitário produzido desde 2010 na Cidade de Deus, favela carioca localizada na Zona oeste da cidade. O jornal, que se chama A notícia por quem vive, é produzido por moradores do local e acompanhado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em histórico que se descreve no trabalho. Nosso objetivo aqui é avaliar a produção deste veículo considerando características elencadas por Cícilia Peruzzo como esperadas de um veículo de Comunicação Comunitária, problematizando a relação entre a produção acadêmica e a prática vivenciada pelo meio, com suas dificuldades e limitações.

### **Palavras-chave**

Comunicação Comunitária; Cidade de Deus; comunidade; jornalismo alternativo.

### **1. Introdução**

A situação de concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil é conhecida e facilmente reconhecida. Não é difícil identificar, aqui, inclusive, os nomes dos poucos proprietários de grandes grupos de mídia, que se podem contar nos dedos. Esse cenário causa, entre outras consequências, um problema de representação para parte da população: poucas pessoas, majoritariamente provenientes de uma determinada classe social, produzem informação que será “consumida” por todos, de todas as classes. A visão que se produz, portanto, não é imparcial como pretende fazer parecer a mídia formal.

Em vista disso, não é difícil também compreender a necessidade, por parte da população brasileira, de produzir sua própria comunicação. Assim, cresce exponencialmente a produção de meios de comunicação comunitária em favelas cariocas e em outras cidades do país.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup> Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduanda em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: marilia.goncalvess@gmail.com.

<sup>3</sup> Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestranda em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: camilleperisse@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: renata.demelod@gmail.com.



Exemplo disso é o jornal comunitário *A notícia por quem vive*, produzido desde 2010 na Cidade de Deus por um grupo de moradores do local.

Neste artigo, pretende-se analisar a experiência do jornal citado, lançando um olhar sobre o conteúdo produzido por ele ao longo da sua curta, porém não inexpressiva, vida. Essa análise se fará a partir de características elencadas pela autora Cicília Peruzzo como sendo esperadas de veículos de Comunicação Comunitária.

## **2. A notícia por quem vive: história**

Em 2008, deu-se início na Cidade Deus à criação de um Portal Comunitário. O projeto foi um desdobramento da pesquisa de mestrado de Celso Alexandre Souza de Alvear, intitulada “A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus” (ALVEAR, 2008), que tinha o objetivo de entender o relacionamento entre as organizações locais, e verificar de que forma ele influenciava no desenvolvimento local. A pesquisa mapeou dezesseis Organizações Sociais de Base Comunitária (OSBCs)<sup>5</sup> na CDD<sup>6</sup>.

Na dissertação, Alvear identificou, entre outros fatores, que o “baixo volume de troca de informações entre as organizações” (ALVEAR, 2008: 120) dificultava que as OSBCs contribuíssem para o desenvolvimento local. A construção de um único Portal na internet que integraria as organizações foi proposta como possível meio de solucionar este problema, uma vez que aproximaria representantes das instituições. Assim nasce o projeto de extensão universitária “Portal Comunitário da Cidade de Deus” como ação da linha de pesquisa Tecnologias da Informação para Fins Sociais (TIFS), dentro do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec/UFRJ). No projeto, parte dos pesquisadores era de origem da Engenharia Eletrônica e Computação – um pesquisador e um bolsista responsáveis pela construção do site em conjunto com os moradores – e parte era de origem da Comunicação – uma pesquisadora<sup>7</sup> responsável por trabalhar a construção de conteúdo do site pelos moradores.

---

<sup>5</sup> O termo “organizações sociais de base comunitária” (OSBCs) se refere a organizações não governamentais de atuação local, geralmente determinadas a resolver problemas da comunidade, formada pelos próprios moradores (ALVEAR, 2008: 25)

<sup>6</sup>CDD é como os moradores do local normalmente chamam a Cidade de Deus. Neste artigo, considera-se sempre “CDD” uma referência a esta comunidade.

<sup>7</sup>Marília Gonçalves, autora deste trabalho.



A conduta da Comunicação no projeto foi no sentido de identificar a demanda de formação na área pelos participantes. Em vista disso, foi organizado em 2010 um curso de extensão da UFRJ chamado “Análise crítica dos meios de comunicação”. O curso, por opção dos integrantes do Portal, foi vulgarmente chamado “A notícia por quem vive”. As 50 vagas disponibilizadas foram abertas também a moradores de outras favelas cariocas e estudantes de comunicação. De todos os inscritos, após quatro meses de curso com aulas aos sábados, 15 pessoas concluíram o curso (apenas dois não eram moradores da Cidade de Deus).

O curso, inicialmente pensado para os participantes do Portal, tomou dimensão maior que a planejada e acabou dando origem à produção de um jornal impresso chamado “A Notícia Por quem Vive”. O jornal foi distribuído pelos alunos no Fórum Comunitário da Cidade de Deus, realizado no dia 16 de outubro de 2010. (GONÇALVES, 2010:15)

Foi dessa forma que surgiu o jornal objeto de análise deste estudo, já que cerca de dez moradores que haviam concluído o curso decidiram continuar com a iniciativa mesmo após o término deste. Interessante observar que boa parte destes moradores já participavam (e continuaram participando, até a conclusão deste artigo) do Portal Comunitário da CDD e o próprio jornal, mais tarde, viria se integrar também neste projeto como uma organização independente.

As reuniões para a construção do jornal são realizadas, desde 2011, quinzenalmente, aos sábados de manhã, na sede da Associação Semente da Vida da CDD (uma ONG local parceira do projeto). Em 2011, após a distribuição da primeira edição, os moradores interessados e os pesquisadores do Soltec/UFRJ trabalharam em oficializar as características e objetivos do veículo, formulando um Regimento Interno. O documento definia, por exemplo, que uma das propostas do jornal consistiria em realizar matérias críticas, assim como sobre iniciativas culturais e educativas da comunidade.

Art. 2º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivo principal formar os moradores da CDD para um olhar crítico da comunidade e do mundo e informá-los sobre o que acontece na CDD, contemplando aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local.

Art. 3º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivos específicos:

- 1) valorizar a cultura local através da divulgação e apoio a artistas, grupos e ações da área;
- 2) valorizar expressão escrita e visual da Cidade de Deus através de parcerias com escolas, organizações e grupos internos e externos;
- 3) resgatar a identidade da comunidade a partir da valorização da população idosa;



- 4) promover a formação continuada dos membros do jornal visando sua constante qualificação;
- 5) buscar novos membros para a equipe do jornal nas organizações parceiras, cursos etc. baseados nos critérios estabelecidos coletivamente.<sup>8</sup>

Observa-se que, de um modo geral, o regimento ainda contempla os objetivos e a essência deste veículo de comunicação, embora não tenha sido revisado após mais de um ano de existência.

A primeira impressão do jornal foi financiada com recursos da Universidade. A partir da segunda edição, foi estabelecida a periodicidade trimestral, assim como uma tiragem de três mil exemplares, a ser distribuída pela comunidade em pontos de ônibus, escolas, instituições, igrejas e estabelecimentos comerciais. A diagramação passou a ser feita em um programa de *software* livre por colaboradores voluntários, já que os membros não possuíam o domínio técnico necessário. A busca por recursos para as impressões e para realização de outras atividades que aumentassem a familiaridade dos moradores com a Comunicação Social partiu dos próprios membros.

A produção e edição de matérias para a primeira edição, ainda durante o curso, contou com a participação de dezesseis moradores, considerados fundadores. Até a quinta edição houve poucas mudanças no expediente do jornal: alguns dos fundadores se afastaram, enquanto outros moradores contribuíram pontualmente em algumas edições, como colaboradores. Não houve nenhuma entrada formal de um novo membro. Uma das fundadoras, participante ativa do jornal, faleceu nas vésperas do fechamento deste trabalho. Em junho de 2013, portanto, sete moradores produziam o jornal: seis mulheres e um homem.

Por conta da dificuldade de custear a impressão do jornal, os moradores e as pesquisadoras sempre buscaram pensar em formas de captação de recursos. No final de 2010 (quando ainda recém-lançado), o grupo se lançou na formulação de um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Cultura “Microprojetos para Territórios de Paz”. O projeto foi aceito, mas houve uma demora na liberação de recursos, que seriam para a confecção de três edições, compra de equipamentos e cursos de capacitação. Por isso, a segunda edição saiu apenas em outubro de 2011. As atividades de capacitação ocorreram em janeiro e fevereiro de 2012: uma oficina de fotografia e uma oficina de Escrita Criativa.

Também houve outra atividade durante o ano: realizada em dois módulos, uma oficina de

---

<sup>8</sup>Trechos do Regimento Interno do jornal comunitário A notícia por quem vive.



redação com professoras da faculdade de Letras da UFRJ. As terceira e quarta edições foram lançadas, respectivamente, em abril e junho de 2012. Os lançamentos ocorreram com cerca de um mês de atraso, por conta de exigências pela gráfica de mudanças na diagramação (principalmente relacionadas a cores), ocorrendo certa dificuldade no atendimento e relacionamento da gráfica com os membros neste diálogo técnico. O grupo também buscou parcerias com outras instituições da comunidade, como a Assessoria de cultura da escola SESC, que incluiu os membros do jornal em laboratórios organizados pela Incubadora Cultura, como o laboratório “Gestão para a autonomia”.

A quinta edição foi impressa com contribuição financeira de alguns parceiros, uma vez que o projeto do MinC havia acabado. No entanto, foi decidido que no início de 2013 seria feito um vídeo, com a produtora Vostok, parceira do Soltec/UFRJ, para uma campanha de captação de recursos na internet, a fim de conseguir um retorno para quem havia feito essas contribuições e arrecadar doações para as próximas edições. O custo do vídeo – que já era uma demanda do jornal – foi incluído na cota da campanha<sup>9</sup>.

### **3. A produção de conteúdo nos meios de Comunicação Comunitária**

Ao longo dos últimos anos, a produção no campo da Comunicação Comunitária tem crescido muito no Brasil. Isso se deve, possivelmente, à maior facilidade de acesso à emissão de informação, devido ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Junto com os meios de comunicação, cresce também, naturalmente, a produção acadêmica acerca do assunto.

Cicília Peruzzo desenvolve uma série de estudos sobre meios de comunicação locais, alternativos e comunitários. Neste ponto, veremos, baseados nos estudos desta autora, algumas características que são esperadas de meios de comunicação comunitária em termos do conteúdo produzido por estes. São elas: programação comunitária, compromisso com a cidadania e valorização da cultura local (PERUZZO, 1998).

Em primeiro lugar, a autora fala que o veículo deve ter um “vínculo orgânico” (PERUZZO, 1998: 257) com a comunidade local, mantendo conteúdos (programas, no caso das rádios, ou

---

<sup>9</sup>O grupo do jornal pretende arrecadar R\$16 mil pelo site Catarse (<http://catarse.me/pt/anoticiaporquemvive>). Até a conclusão deste artigo, faltavam cerca de 20 dias para o final da campanha.



matérias, no caso dos jornais) que falem das necessidades da comunidade, de sua cultura, suas comemorações etc.. O conteúdo deve pautar os assuntos de maior interesse da comunidade.

Neste ponto é importante resgatar outras experiências para perceber que, nem sempre, o que se espera que sejam assuntos de maior interesse de uma comunidade de fato o são. Em outras palavras, os meios de comunicação produzidos em favelas ou periferias por seus próprios moradores podem muitas vezes quebrar expectativas daqueles que têm olhares mais românticos, que esperam somente resistência política no conteúdo desses veículos. Vejamos o exemplo do jornal “Chapéu”, produzido na favela Chapéu Mangueira, no Leme (Zona Sul do Rio de Janeiro). Dentre outros, o sucesso do jornal se devia a uma seção chamada “Horóscopo”, que trazia as fofocas da comunidade. (MOREL, 1986: 87).

Esse tipo de conteúdo pode gerar um olhar externo crítico, por não ser um conteúdo político de resistência comunitária. Consideramos, portanto, que o olhar sobre o conteúdo de um veículo comunitário deve ser cuidadoso e não preconceituoso. Deve-se considerar o vínculo com a comunidade pela qual o veículo é produzido, e esse vínculo pode ser mantido inclusive – mas não exclusivamente – com a produção de conteúdos não críticos.

Em muitos casos, no entanto, o conteúdo do veículo é majoritariamente composto por temas que dizem respeito à necessidade de luta por direitos, por políticas que visem dar melhores condições de vida aos moradores do local (seja no campo da educação, construindo ou melhorando escolas existentes, por exemplo, ou da infraestrutura, mobilidade, saúde), ou mesmo relacionando os problemas locais aos problemas da cidade ou problemas globais. Isso se dá também porque, muitas vezes, os meios de comunicação comunitária são fundados e construídos por moradores que já têm alguma relação com a vida comunitária, no âmbito coletivo – ou, em outras palavras, já atuam em grupos locais que lutam por esses direitos (ONGs, Igrejas, grupos culturais etc.).

Assim entramos na segunda característica considerada por Peruzzo: o compromisso com a cidadania. A autora fala de um compromisso com a “educação para a cidadania” (PERUZZO, 1998: 258), que pode ser considerado no âmbito da produção de conteúdo – além do âmbito da sua própria existência e organização (GONÇALVES, 2010: 51). A ideia é que os meios Por seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder



(compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais. (PERUZZO, 2002: 9)

Tomemos agora como exemplo um caso do jornal O Cidadão, jornal comunitário produzido na Maré há 13 anos. A edição de nº 46 do jornal traz a matéria “Educação infantil é obrigatória”<sup>10</sup>, que esclarece os moradores sobre a obrigatoriedade do poder público manter creches para educação formal infantil. Segundo a matéria, existiam na época (2006) apenas cinco creches municipais para atender uma população de 130 mil habitantes. Vemos com isso que o veículo pode produzir conteúdo que oriente e esclareça a população sobre seus direitos e deveres.

Para Peruzzo, cidadania inclui direitos nos campos da liberdade individual, da participação política e também direitos sociais. Isso quer dizer que ser plenamente cidadão inclui ter direitos iguais perante a lei, direito à participação política e acesso a um modo de vida digno, com garantia à educação, saúde, moradia etc.. Mas inclui também ter deveres. Entre eles estão “o cumprimento das normas de interesse público” e a “responsabilidade pelo conjunto da coletividade” (PERUZZO, 2002: 2).

A questão da participação, portanto, aparece como fundamental na vida social para a autora. A cidadania é considerada uma conquista e, como tal, pode ser ampliada de acordo com a capacidade do povo de “conquistá-la”. Essa capacidade é medida justamente pelo grau de participação da população – participação nos movimentos sociais, sindicatos, associações. Ou seja, a população deve se organizar para reivindicar que a cidadania – que inclui o direito à participação – seja sempre ampliada. É uma via de mão dupla. Participar é um direito e um dever do cidadão. Neste sentido, os meios de comunicação devem incentivar a mobilização da população no sentido da conquista de direitos cidadãos.

Por último, consideramos a característica da valorização da cultura local. Segundo Peruzzo, o veículo deve transmitir conteúdos que valorizem manifestações da cultura local (PERUZZO, 1998: 258). A ideia é que o conteúdo cultural do veículo não seja simplesmente uma reprodução do que é produzido culturalmente por outros atores que não os próprios membros da comunidade. Essa cultura, da qual os membros da comunidade são protagonistas, não tem espaço, na maioria das vezes, em outros meios de comunicação. Ainda hoje, em se tratando de favelas cariocas, é difícil que artistas sejam vistos e/ou reconhecidos. Seja na literatura, na

---

<sup>10</sup> “Educação infantil é obrigatória”. Jornal O Cidadão. ANO VIII. Nº 46.



produção audiovisual, no teatro ou musicalmente. Isso se deve em parte porque predomina nos meios de comunicação comerciais, quando se trata de favela, os temas tráfico de drogas e violência (PAIVA & NÓRA, 2009: 13). Considera-se importante, portanto, que o meio de comunicação comunitária seja um espaço possível para exposição da cultura local.

#### **4. Análise de conteúdo em três edições do jornal da Cidade de Deus**

Uma estatística sobre os textos publicados, considerando sempre o caráter subjetivo do jornalismo comunitário, é útil aqui como esboço para reconhecer certos traços do jornal e sua linha editorial. Da primeira à quinta edição, foram publicadas 55 matérias, 5 textos de opinião, 10 desenhos (charges, quadrinhos, etc.) e 2 poesias.

Das 55 matérias identificadas:

- 18 (32%) valorizam a cultura local, sendo que:
  - 10 (18,2%) se referem a artistas e “mestres” da comunidade. Na terceira edição do jornal, por exemplo, uma matéria sobre a moradora Anahyde, de 78 anos, resgata a história da artista, ex cantora de rádio, que foi a “primeira mulher a puxar samba enredo do Bloco Independentes da Barão do Rio Comprido”.
  - 8 (14,5%) se referem a eventos e espaços culturais. Ainda na terceira edição, a matéria “Parados na esquina, com poesia” fala do Sarau Poesia d'Esquina, organizado por moradores;
- 12 (21,8%) se referem a projetos sociais e trabalhos de OSBCs, como, por exemplo, a intitulada “Projeto Jovens Comunicadores e a Informática”, também na terceira edição da publicação;
- 7 (12,7%) trazem informações de utilidade pública (serviços, prevenção à dengue). Exemplos: “Qualificação já” (sobre oportunidades de cursos de qualificação para jovens e adultos), na primeira edição do jornal;
- 6 (11%) discutem de forma crítica políticas públicas; como reportagens que questionam a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e os serviços da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), na primeira edição;
- 6 (11%) se referem à educação ou temas de seminários. Exemplo: “Avaliação do Projeto Bairro educador Cidade de Deus em 2011”, publicada na terceira edição;





• 6 (11%) retratam as próprias mídias comunitárias, se pautando na experiência do portal e do jornal. Exemplos: “Meios de comunicação comunitários fortalecendo a voz da comunidade”. A notícia por quem vive faz uma abordagem muito diferente das que são vistas em jornais comerciais como O Globo e Folha de S. Paulo, como visto acima no artigo de Raquel Paiva e Gabriela Nóra.

O jornal foi criado, dentre outras razões, como uma resposta a essa abordagem que estigmatiza o espaço da favela. As matérias englobam temas da comunidade referentes a ações sociais, cultura, informações de utilidade pública e discussões de políticas públicas, além de um espaço para produções como charges, artigos, ensaios, poesias e receitas. Na primeira edição, o texto “Cidade de Deus mostra a sua cara”, de Mônica Rocha, ilustra bem a insatisfação com a representação da comunidade na grande mídia: “Cidade de Deus sempre foi anunciada como violenta. Quem ganha com isso? Qual a consequência dessas matérias que criam o terror? Cidade de Deus nasceu de falta de políticas públicas, remoção. São mais de 30 anos de omissão com as comunidades!”<sup>11</sup>.

Consideramos que as representações midiáticas contribuem para a solidificação de um imaginário social sobre a favela, e a reafirmação de estereótipos e estigmas. No livro *A invenção da favela*, Lícia Prado Valladares afirma que as favelas são percebidas como a “outra metade da cidade”, aparecendo, antes de tudo, como o território da violência e da pobreza, da ilegalidade frente à cidade “legal”. “Essa associação, quase sistemática, entre pobreza e criminalidade violenta fez da favela sinônimo de espaço fora da lei, onde bandidos e policiais estão constantemente em luta” (VALLADARES, 2008: 20). O fato de os territórios favelizados serem encarados como “caso de polícia” gera ainda um reforço de políticas de segurança violentas que criminalizam a população pobre.

Desse modo, a favela é entendida pelo senso comum como o epicentro de uma série de formas de violência. Essa associação ao crime contribui para que “o grande público concentre suas atenções e seus medos e ódios, apenas na ponta do varejo, deixando na sombra os verdadeiros grandes traficantes e seus sócios e facilitadores” (SOUZA, 2008: 61.) Dessa forma, a favela é representada como território inimigo que deve ser enfrentado e ocupado de maneira arbitrária.

---

<sup>11</sup>A notícia por quem vive. ANO I, Edição I.



Em 'O mito da marginalidade' foi mostrado ainda como o poder da ideologia da marginalidade era tão forte no Brasil nos anos 1970 que gerou uma profecia autorealizável: a política de remoção de favelas justificada pela ideologia, perversamente criando a população marginalizada que pretendia exterminar. (PERLMAN, 2012: 221)

Não é diferente com a Cidade de Deus. Além da representação no jornalismo comercial, essa favela carioca é também representada por um produto cultural que se tornou muito conhecido nacional e internacionalmente: o filme Cidade de Deus. Lançada em 2002, a obra de Fernando Meirelles foi indicada até mesmo ao Oscar. O filme é baseado no livro de Paulo Lins, de mesmo nome, que conta em forma de romance uma história sobre o tráfico de drogas na Cidade de Deus. Segundo relato de moradores, o livro já havia sido rejeitado na favela. O filme, no entanto, por ter tido um alcance muito grande, causou um incômodo maior nos moradores.

As cenas de violência são espetaculares e siderantes, com uma quantidade de assassinatos e violência marcantes. Vinganças pessoais, massacres estratégicos de um bando pelo outro, violência gratuita, violência institucional, todos são encorajados a alimentar esse ciclo vicioso. A favela é mostrada de forma totalmente isolada do resto da cidade, como um território autônomo. Em momento algum se pode supor que o tráfico de drogas se sustenta e desenvolve (arma, dinheiro, proteção policial) porque tem uma base fora da favela. Esse fora não existe no filme. (BENTES, 2003: 93)

Como respostas ao filme são apresentadas algumas iniciativas, como o Comitê Comunitário da Cidade de Deus, criado em 2003 com a finalidade de promover uma maior integração entre as instituições da comunidade, e buscar em parceria com outras iniciativas mais investimentos para a região. Outra ação foi o lançamento Plano de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, construído, na mesma época, em conjunto pelas instituições. Também foi organizado na comunidade um evento denominado “As Oscarinas”, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

É nesse contexto que a notícia por quem vive se insere numa lógica de disputa no campo simbólico, acreditando que outras representações se fazem necessárias e que alternativas criativas de resignificação do território precisam ser criadas. De acordo com o conceito de guerrilha semiológica, sugerido por Umberto Eco é importante não apenas o exame crítico dos meios de comunicação, como também a disputa de outras formas de representação (ECO, 1984). O uso das ferramentas da comunicação, da linguagem, tem, assim, a capacidade de



provocar semiologicamente “curtos-circuitos” nos valores fundamentais ao que é hegemônico político e culturalmente.

#### **4.1. Sobre a valorização da cultura local**

No artigo 3º do seu regimento interno, A notícia por quem vive assinala ter como um de seus objetivos específicos “valorizar a cultura local através da divulgação e apoio a artistas, grupos e ações da área” o que vai de encontro com a característica abordada por Peruzzo.

A Cidade de Deus, por ser uma miscelânea de comunidades, foi marcada, por um lado, pelo “caos” divulgado na grande mídia de violência e drogas, e, por outro, por uma efervescência de artistas de rua, “mestres do saber” e grupos de teatro, dança coral e poesia. As matérias sobre artistas, mestres locais e eventos culturais somam 32% do total de matérias. Os textos sobre artistas de rua e mestres, particularmente, se utilizam bastante de entrevistas, valorizando a história pessoal desses personagens na comunidade.

O conceito de “mestre” possui ligação direta com o histórico da região, segundo Valéria Barbosa (uma das integrantes do jornal). Diante do sofrimento das primeiras famílias que migraram para a comunidade, ocorreu um interessante processo cultural: uma geração que foi criada sem a presença dos pais, que em sua maioria trabalhavam longe da comunidade (na Zona Sul do Rio) entrou em contato com uma região dominada pelo tráfico e com conflitos constantes, mas também com os chamados “Guardiões do local”, amigos e vizinhos mais velhos que se responsabilizaram pela educação de várias crianças.

As lembranças da construção da Comunidade da Cidade de Deus são pedaços de vida que tiveram várias influências até mesmo políticas e ambientais. [...] Na comunidade da Cidade de Deus, há vários Mestres do saber que são pessoas que se dedicam a ensinar o que aprenderam na trajetória de suas vidas. Os nossos mestres utilizam do recurso da memória oral, quando falam “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, quando cantam uma cantiga de roda para as crianças, quando ensinam a fazer uma comida regional, um bordado, tocar um instrumento, quando repassam as atribuições de um palhaço em uma Folia de Reis, quando falam de suas vidas como ponto de referência de um tempo na história local. (BARBOSA, 2012: 9)

#### **4.2. Por uma nova linguagem comunitária**



Em outra matéria da primeira edição é exposto o que os moradores entendem por Comunicação Comunitária:

“Os meios de comunicação (ou mídias) comunitários têm um papel abrangente dentro da comunicação. Não só pelo fato de levarem informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por criar uma nova visão e identidade para os que nela moram”<sup>12</sup>

Uma ressalva a ser feita é que não consideramos que o estilo dos textos produzidos na Comunicação Comunitária possam ser enquadrados da mesma forma que os textos jornalísticos “formais”, ensinados nos cursos superiores de comunicação a partir de uma técnica desenvolvida nos Estados Unidos nos anos 1950, que adota conceitos como *lead* e pirâmide invertida e supõe que o discurso deva ser impessoal. Os textos do jornal A notícia por quem vive não pretendem esconder sua parcialidade, quando existente, e são elaborados a partir da linguagem cotidiana dos moradores, algumas vezes sem fazer uso de fontes ou informações oficiais, mas também sem se caracterizar propriamente como um artigo ou poesia (esses casos estão identificados aqui como textos de opinião).

É interessante perceber esta quebra de paradigma, em que os moradores se permitem adotar uma outra linguagem, já que são os próprios produtores da comunicação e não precisam seguir as regras convencionais. Um exemplo desta autonomia está na matéria “Projeto Jovens Comunicadores e a Informática”, que se inicia com a seguinte frase: “Um país sem memória não é apenas um país sem passado, é um país sem futuro”. É citando Rui Barbosa que anuncio aqui boas novas sobre o que acontece no nosso bairro”<sup>13</sup>. Frequentemente, as matérias utilizam verbos em primeira pessoa.

Dessa forma, o jornal se insere no âmbito dos meios alternativos, na busca por variar o modo de produção na comunicação: “O surgimento de vias alternativas de comunicação-informação é um sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper o cerco das estruturas informativas dominantes” (GRINBERG *apud* PERUZZO, 1998: 130).

#### **4.3. Hierarquia de temas na produção de conteúdo para o jornal**

<sup>12</sup> Jornal A notícia por quem vive. Matéria “Meios de Comunicação Comunitários fortalecendo a voz da comunidade”. ANO I. Edição I.

<sup>13</sup> A notícia por quem vive. Matéria “Projeto jovens comunicadores e a informática”. ANO III. Edição III.



Pode-se observar a partir das estatísticas anteriores que, de um modo geral, os temas estão equilibrados entre si, havendo um consenso em dar prioridade à questão da valorização cultural local. Em segundo lugar, observa-se a ênfase dada a projetos e ações sociais, o que já originou conflitos entre os membros. Entendemos, porém, que o processo de construção do jornal, talvez por ter partido de um Portal Comunitário gerido por OSBCs e, portanto, possuir muitos membros envolvidos com instituições e projetos locais, levou a surgirem muitas ideias de pauta neste tema, não representando necessariamente um “privilégio” a este tipo de assunto.

Atentando-se às matérias sobre políticas públicas, há uma diferença da primeira edição em relação às outras. A proporção deste tipo de matéria foi maior naquela edição (de sete reportagens, duas abordavam políticas públicas: uma sobre a UPP, já citada aqui, que trazia, além da situação da própria comunidade, a condição da favela Santa Marta; e outra sobre a nova UPA – Unidade de Pronto-Atendimento – e suas deficiências).

Nas outras edições, que possuem 12 matérias jornalísticas cada, aparece em média uma matéria sobre políticas públicas. Uma delas retratou a ameaça de remoção da favela Vila da Conquista e as outras se focaram na questão das escolas públicas e de obras de infraestrutura na Cidade de Deus. Pode-se compreender que, na ocasião do curso de extensão que originou o jornal, foram feitos vários debates durante as aulas sobre a questão de políticas públicas em favelas, o que pode ter levantado um sentimento maior de indignação durante a produção da primeira edição. Contudo, é interessante esclarecer que o conteúdo do A notícia por quem vive não está livre de interferências externas e mesmo de censuras. Em determinada situação, um membro foi orientado a retirar várias informações de uma reportagem que havia feito depois de solicitação de um superior em seu trabalho formal. Portanto, os integrantes conhecem certas limitações envolvidas na produção deste tipo de matéria, que necessita de um tratamento mais cauteloso.

Peruzzo chama a atenção, por outro lado, para a tendência dos veículos populares não se pautarem mais exclusivamente em reportagens de caráter reivindicatório:

O caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (no nível do tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas



tecnologias da comunicação e incorporação da noção do acesso à comunicação como direito humano. (PERUZZO, 2006: 06)

A presença de matérias sobre esse tema evidencia o compromisso com a cidadania do qual fala Peruzzo, o que parece ser uma das preocupações de um jornal que se propõe a ser um espaço também de reivindicação, reflexão e questionamento.

De fato, A notícia por quem vive, até o momento de conclusão deste trabalho, nunca deixou de abordar e problematizar as políticas públicas inseridas na comunidade – apesar de ter potencial para ser mais incisivo neste ponto, segundo nossa avaliação –, enquanto insere uma gama de temas e estilos de texto em suas publicações, se caracterizando, dessa forma, como um veículo plural.

## **5. Considerações finais**

Neste trabalho buscamos refletir de que forma o conteúdo do jornal comunitário A notícia por quem vive dialoga com as características elencadas por Cícilia Peruzzo ao descrever o que se espera de veículo de caráter comunitário. A partir da análise de algumas das matérias do jornal podemos concluir que o mesmo se enquadra nos itens programação comunitária, compromisso com a cidadania e valorização da cultura local descritos por Peruzzo. De fato, essas características estão presentes nos textos e discursos do jornal analisados.

Contudo, é importante esclarecer que esses atributos são definidos no âmbito acadêmico, de modo que não há uma delimitação legal sobre o que constitui um meio de Comunicação Comunitária no caso de veículos impressos. É possível, portanto, que existam outros meios que não se enquadrem nas características descritas acima e, na nossa avaliação, estes não devem ser deslegitimados a princípio. Vê-se a necessidade de avaliação caso a caso, uma vez que o campo da Comunicação Comunitária está em amplo crescimento tanto na ponta – produção dos veículos – quanto na produção acadêmica acerca do assunto.

Pode-se inferir que meios de Comunicação Comunitária como A Notícia por quem vive possuem grande potencial de mobilização social por seus conteúdos de caráter comprometido com a cidadania e também pela legitimidade daqueles que o produzem, os próprios moradores. As representações sociais têm influência decisiva em questões de ordem material, políticas de segurança e políticas públicas, por exemplo. Daí a grande responsabilidade de



veículos como este estarem inseridos numa lógica de disputa e questionamento dessas representações, muitas vezes pautadas por interesses econômicos e particulares.

A notícia por quem vive representa uma outra forma de fazer comunicação em que o morador de favela é o protagonista. Conclui-se também, portanto, que é preciso pensar outras formas de entender e dialogar com essa forma de comunicar que não pode ser pautada pelos parâmetros tradicionais do jornalismo comercial.

### **Referências bibliográficas**

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de. **A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2008. Dissertação (Engenharia de Produção).

BARBOSA, Valéria. **Cultura, tradição oral, Mestres e um breve histórico da Cidade de Deus**. In: A notícia por quem vive, Rio de Janeiro, p.09, out de 2011.

BENTES, Ivana. **O copyright da miséria e os discursos sobre a exclusão**. Cinemais (Revista de Cinema e Outras Questões Audiovisuais – nº33 – Cinema de Poesia). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

ECO, Umberto. **Guerrilha semiológica**. In: Viagem na irrealidade cotidiana. 6ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PERLMAN, Janice Elaine. **Favelas ontem e hoje (1969-2009)**. In: Favelas Cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. In: PCLA, Vol 4, número 1: outubro, novembro, dezembro 2002.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil**. In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, São Paulo, v.4, n.1, p.141-169, 2006.

MORAES, Dênis de. **Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica**. In: Comunicação e contra-hegemonia. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GONÇALVES, Marília Alves. **Outra comunicação: o caso do Portal Comunitário da Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010. Monografia (Jornalismo). Orientadora: Professora Doutora Raquel Paiva.

SOUZA, Marcelo. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela .com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.